

A COMUNIDADE LGBTQIAPN+, DINÂMICAS FAMILIARES E A SAÚDE MENTAL

THE LGBTQIAPN+ COMMUNITY, FAMILY DYNAMICS AND MENTAL HEALTH

Gabriel Nogueira de Andrade Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
 nogueiragabriel456@gmail.com

Karen Cristina Moraes da Conceição Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
 karencristina498@gmail.com

Carolina Santos Victorino Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
 psicologa.carolina.rj@gmail.com

Resumo As identidades LGBTQIAPN+ num geral são submetidas à marginalização e invisibilização nos espaços pelos quais circulam e tais violências são reflexo de discriminação sistêmica e violência estrutural, o que acaba refletindo em desfechos negativos de saúde mental. Um dos espaços nos quais essas opressões comumente se manifestam é o familiar, que, em vez de atuar enquanto um lugar de apoio e acolhimento, acaba se configurando enquanto um local hostil, gerando mais exclusão e falta de aceitação. Com base nisso, o presente trabalho investigou como o funcionamento familiar pode interferir na saúde mental de indivíduos LGBTQIAPN+ no Brasil. Com a adoção de uma metodologia de viés qualitativo com caráter descritivo foi possível detalhar conceitos como cisheteronormatividade, homofobia, os tipos de violência homofóbica, as definições de família e por fim apresentar dados que expuseram os reflexos das dinâmicas familiares na saúde mental das pessoas LGBTQIAPN+. Concluímos que o estudo reforça a necessidade de intervenções sociais que priorizem o respeito à diversidade e o fortalecimento das políticas públicas para a saúde mental da população LGBTQIAPN+.

Palavras-chave Comunidade LGBTQIAPN+. Dinâmicas familiares. Saúde mental.

Abstract LGBTQIAPN+ identities often face marginalization and invisibility in the spaces they navigate. These experiences stem from systemic discrimination and structural violence, which contribute to negative mental health outcomes. One of the key spaces where these oppressions frequently occur is within the family. Instead of being a source of support and care, the family environment often becomes hostile, leading to exclusion and a lack of acceptance. This study explored how family dynamics can impact the mental health of LGBTQIAPN+ individuals in Brazil. Using a qualitative, descriptive approach, we unpacked concepts like cis-heteronormativity, homophobia, different forms of homophobic violence, and evolving definitions of family. The data revealed the significant effects of family dynamics on the mental health of LGBTQIAPN+ people. Ultimately, this research highlights the urgent need for social interventions that promote respect for diversity and strengthen public policies to support the mental health of the LGBTQIAPN+ community.

Keywords LGBTQIAPN+ community. Family Dynamics. Mental Health.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 10/11/2024
 Publicado em 30/12/2024

1. INTRODUÇÃO

A sigla LGBTQIAPN+, construída historicamente, corresponde a abrangência de uma extensa gama de orientações sexuais e identidades de gênero, sendo o símbolo "+" um indicativo da inclusão de outras sexualidades e identidades que integram essa comunidade multifacetada (LOURO, 2001).

A Orientação sexual corresponde à preferência do desejo afetivo, emocional e sexual de uma pessoa por indivíduos de determinado gênero ou gêneros, como heterossexualidade (atração pelo gênero oposto), homossexualidade (atração pelo mesmo gênero), e bissexualidade que como descrita por Ochs (1996) é o potencial de atração romântica e/ou sexual por mais de um gênero, não necessariamente ao mesmo tempo, não necessariamente da mesma maneira e não necessariamente na mesma medida. Também abrange outras formas, como pansexualidade (atração por pessoas de qualquer gênero) ou assexualidade (ausência de atração sexual) (APA, 2012; DIAMOND, 2008). A Identidade de gênero, por sua vez, refere-se à percepção interna e pessoal que uma pessoa tem de si em relação ao gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, sendo assim distinguidas entre a cisgeneridade e transgeneridade (OMS, 2006).

A cisgeneridade refere-se à situação em que a identidade de gênero de um indivíduo corresponde ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento. Assim, uma pessoa cisgênero se reconhece e se identifica com o gênero atribuído ao nascer, em contraste com pessoas transgênero, que experienciam uma identidade de gênero diferente daquela designada no nascimento (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2015; BUTLER, 2004.). Enquanto a transgeneridade diz respeito a uma identidade de gênero que não se alinha ao sexo que foi atribuído ao nascimento. Este conceito inclui várias identidades, como homens e mulheres transsexuais, pessoas que não se identificam com nenhum gênero ou como uma combinação de gêneros (gênero fluido), além de indivíduos não-binários, que não se identificam unicamente como homem ou mulher (BUTLER, 1990; APA, 2015).

Apesar da constatação destas múltiplas formas de ser, todas as existências que fogem à heterossexualidade e à cisgeneridade acabam sendo afetadas por invisibilização e marginalização em vários aspectos da vida social, cultural e política. Ser LGBTQIAPN+ é compreender-se atravessado por múltiplos fatores, tais como discriminação sistêmica, violência estrutural, estigma social, e pressões para a conformidade normativa impostas pela sociedade e pela própria família (MEYER, 2003; BUTLER, 1990; BORRILLO, 2010). Esses elementos influenciam diretamente no desfecho da saúde mental desta população.

Dentre os espaços que comportam os fatores anteriormente expostos, o que mais afeta a comunidade LGBTQIAPN+ é o espaço familiar e seu funcionamento (LIONÇO, 2009). A pertença sexual e de gênero reflete diretamente nas experiências e configurações relacionais mantidas entre os familiares, o que acaba por expor formas de constituição e vivência familiar muito próprias a esta comunidade. Relações que deveriam ser acolhedoras e de suporte podem se transformar em dinâmicas disfuncionais que por fim são capazes de se converter em um ambiente de exclusão. Kreppner (2000) considerou a família como a instituição primordial e o contexto inicial de socialização do indivíduo, incumbida da transmissão de valores, crenças, ideais e significados culturais. Acontece que alguns dos valores, das crenças e ideias que compõem os sistemas familiares são influenciados diretamente por aquilo o que conhecemos enquanto

cisheteronormatividade.

Segundo Butler (1990), a heteronormatividade estabelece normas que privilegiam a heterossexualidade como padrão social, naturalizando-a e marginalizando outras orientações e identidades de gênero estando profundamente enraizada nas estruturas sociais, sendo reiterada e legitimada em instituições como a família, a escola e a mídia. Já cis-heteronormatividade segundo Miranda (2021) refere-se à ideia que uma sociedade tem enquanto ideal que todos os corpos se desenvolvam como cisgêneros, ou seja, que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, e como heterossexuais, que se relacionam exclusivamente com pessoas do gênero oposto. É crucial compreender como as dinâmicas cis-heteronormativas se inclinam para uma possível disfuncionalidade nas interações sociais e familiares, uma vez que essas normas frequentemente estabelecem expectativas rígidas sobre papéis de gênero e sexualidade, não apenas restringindo a expressão individual, mas também fomentando um ambiente hostil para aqueles que não se adequam a esses padrões convencionais, marginalizando identidades que não se encaixam nesses moldes. E essa marginalização por fim impacta diretamente a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos, gerando consequências negativas tanto no nível psicológico quanto social, incluindo o aumento da homofobia e transfobia, a exclusão social e o comprometimento das relações familiares (MEYER, 2003; RIGGS & DUE, 2015).

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar como a Psicologia e os estudos sociais compreendem as dinâmicas da cis-heteronormatividade e compreenderem suas implicações nas relações familiares, investigando como esse funcionamento afeta a saúde mental e o bem-estar da população LGBTQIAPN+. Para tal, buscou-se utilizar artigos científicos, documentos acadêmicos entre outras pesquisas com o intuito de ampliar o conhecimento e o diálogo para determinada população.

2. UM APANHADO HISTÓRICO DA REALIDADE LGBT

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) expôs que 12% da população brasileira afirma pertencer à comunidade LGBTQIAPN+ (IBDFAM, 2024). A inclusão de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico representa um marco relevante, uma vez que expressa um avanço significativo na visibilidade e no reconhecimento da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, ainda que estes dados tenham começado a ser colhidos apenas no ano de 2024. A inclusão de dados demográficos sobre a diversidade sexual e de gênero ajuda a mapear a situação dessa população, promovendo uma melhor compreensão das suas necessidades e desafios. A realidade enfrentada pela comunidade LGBTQIAPN+ segue sendo marcada por altos índices de homofobia e transfobia, que têm impactos profundos na qualidade de vida e no bem-estar psicológico dos indivíduos.

A homofobia refere-se a atitudes e comportamentos hostis dirigidos a pessoas com orientações sexuais não heterossexuais, enquanto a transfobia abrange preconceitos e violência direcionados a pessoas trans e não-binárias (CIDADANIA LGBT, 2021).

Dados recentes do Relatório sobre Violência Homofóbica apontam que cerca de 25% da população LGBTQIAPN+ já sofreu algum tipo de violência relacionada à sua orientação sexual ou identidade de gênero

(CIDADANIA LGBT, 2021).

A violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ se manifesta em diversas esferas e das mais distintas formas, podendo estas serem imateriais ou materiais. Uma das esferas que engloba a imaterialidade e que viabiliza a materialização desta violência, sendo bastante alarmante, é a política. Em 2011, e novamente durante sua campanha presidencial de 2018, o então candidato e posteriormente presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, fez declarações públicas que expressavam abertamente sua postura homofóbica. Em uma entrevista, ele afirmou que "preferia que um filho seu morresse em um acidente a vê-lo com um homem" e que seus filhos não seriam gays porque ele os havia criado bem, sugerindo que haveria uma relação entre a educação e a orientação sexual, o que reforça estereótipos homofóbicos profundamente arraigados (FOLHA DE S.PAULO, 2011; O GLOBO, 2018). Já durante seu mandato, o ex-presidente Jair Bolsonaro promoveu a frase "Deus, Pátria e Família", que se tornou um lema central de seu governo. Esse *slogan* estava intimamente ligado a uma visão conservadora da sociedade, que se opunha a identidades de gênero e orientações sexuais não normativas. Segundo análises, esse discurso não apenas legitimou preconceitos, mas também fomentou um ambiente onde a homofobia e a transfobia se tornaram mais visíveis e aceitas socialmente, exacerbando a discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ (ALVES, 2019; COSTA, 2021). Essa legitimação por meio do discurso político de uma figura pública de alto escalão legitima o agravamento da situação de vulnerabilidade da comunidade LGBTQIAPN+ que pode ser observado nas mais distintas instituições sociais.

No campo educacional, a evasão escolar entre pessoas LGBTQIAPN+ é alarmante. De acordo com uma pesquisa realizada pelo coletivo VoteLGBT, cerca de 36% dos jovens LGBTQIAPN+ abandonam os estudos em função de bullying, discriminação e ausência de apoio institucional. Carrara (2015) ainda corrobora com estes dados ao expor que pessoas pertencentes a comunidades são vítimas de insultos e discursos de ódio nesses espaços, que acabam gerando impactos profundos na sua saúde mental e na sua autoestima. Essa realidade leva a um baixo índice de escolaridade, que impacta diretamente as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Cabe aqui destacarmos sucintamente os efeitos que o ramo trabalhista tem na vida desta população. A discriminação ocorre não só no percurso educacional como no exercício das atividades laborais, já que a taxa de desemprego entre a população LGBTQIAPN+ é 20% maior em comparação à média nacional. Além disso, as poucas oportunidades disponíveis são frequentemente limitadas a setores informais ou de baixa remuneração (IBGE, 2020). Essa exclusão do mercado formal amplia a precarização das condições de vida dessa comunidade e com isso a realidade social e econômica da comunidade comumente acabam sendo desfavoráveis. Um dos resultados da precarização das condições de trabalho e por fim econômicas da população LGBTQIAPN+ é que está por vezes tem dificuldade de acessar moradias seguras, o que acaba por refletir em um outro tipo de violência material pouco conhecida que é a violência ambiental.

Esta violação refere-se a ações e políticas que causam degradação do meio ambiente e impactam negativamente a saúde e o bem-estar de comunidades vulneráveis, tais como a LGBTQIAPN+. Esse fenômeno abrange poluição, desmatamento e exploração de recursos naturais, frequentemente exacerbando as dificuldades sociais enfrentadas por esses indivíduos. A exposição a ambientes poluídos e a falta de espaços verdes estão ligadas ao aumento de estresse, ansiedade e depressão entre a comunidade

LGBTQIAPN+ (CHAKRABORTY ET AL., 2020). Além disso, a marginalização e a discriminação em contextos de degradação ambiental intensificam a sensação de vulnerabilidade, afetando seu bem-estar psicológico.

A vulnerabilidade social também é intensificada pelo uso abusivo de substâncias. De acordo com um estudo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 40% das pessoas LGBTQIAPN+ recorrem ao uso de álcool e drogas como forma de lidar com a violência e a discriminação sofridas diariamente (UNIFESP, 2019). Esse fator, por sua vez, está intimamente ligado ao aumento das taxas de suicídio nessa população. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que jovens LGBTQIAPN+ têm até cinco vezes mais chances de tentar o suicídio em comparação com seus pares heterossexuais (OMS, 2019).

Traçadas as violências materiais se faz importante entender que o fundamento da materialidade é a imaterialidade, por isso não é possível deixar de salientar que todas as demais opressões se ancoram naquilo o que é nomeado enquanto violência simbólica. A violência simbólica, conceito explorado por Bourdieu (1989), se refere à opressão exercida por meio de normas e representações sociais que reforçam a exclusão e marginalização. As representações midiáticas que invisibilizam ou estereotipam identidades LGBT são exemplos dessa violência, que limita a legitimidade das vivências não heteronormativas. Este tipo de fenômeno, ainda que por vezes escape aos olhares mais desatentos, é o que constitui o imaginário da população normativa e legitima todos os demais mecanismos da violência.

Em meio a tantas negligências e ataques, comumente seria esperado que o meio familiar fosse um espaço de amparo para esta população. Acontece que a exaltação de um modelo de "família tradicional" vem sendo usado para deslegitimar outras formas de existência e identidade, criando um ambiente propício à discriminação e violência, tanto simbólica quanto física, contra essa população. Nesse contexto, as famílias, que deveriam ser espaços de acolhimento e proteção, muitas vezes se tornam locais de rejeição e violência, contribuindo para a disfuncionalidade nas relações familiares e reforçando as violências que a comunidade enfrenta. Dados da pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) revelam que 50% das pessoas LGBTQIAPN+ relataram experiências de rejeição familiar em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Essa situação é ainda mais alarmante considerando que, apesar do reconhecimento legal dos casamentos homoafetivos no Brasil desde 2013, a aceitação social ainda é um desafio, com famílias tradicionais frequentemente negando a legitimidade dessas novas configurações familiares (REVISTA ÉPOCA). Ainda que os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE mostrem que o número de lares homoafetivos no Brasil cresceu substancialmente, passando de 59 mil em 2010 para 391 mil em 2022, ainda é expressiva a necessidade de políticas que promovam a inclusão e proteção dessas famílias, que ainda enfrentam desafios em um contexto marcado por preconceito e exclusão social (G1, 2024).

O fato é que as dinâmicas familiares exercem uma influência significativa no bem-estar psicológico da comunidade LGBTQIAPN+. De acordo com o relatório do *The Trevor Project* (2023) o suporte familiar, quando presente, cria um ambiente de segurança emocional, essencial para reduzir sintomas de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. Jovens que encontram aceitação em casa desenvolvem maior autoestima e resiliência, tornando-se capazes de enfrentar as adversidades externas, como o preconceito e a discriminação social. O suporte familiar, nesse contexto, não apenas fortalece o indivíduo, mas também o auxilia na construção de uma identidade positiva e segura. Em contraste, a ausência de aceitação e apoio

pode levar a sérias consequências psicológicas. Famílias que rejeitam a orientação sexual ou a identidade de gênero de seus membros frequentemente desencadeiam sentimentos de exclusão, solidão e até ideação suicida. De acordo com o *Center for Mindful Therapy* (2024), jovens LGBTQIA+ que enfrentam rejeição familiar têm um risco significativamente maior de desenvolver problemas de saúde mental, como depressão profunda e uso abusivo de substâncias. Além disso, pesquisas indicam que o apoio familiar reduz em até 40% o risco de tentativas de suicídio entre jovens LGBTQIA+, especialmente pessoas trans (RYAN, C. et al., 2010; *THE TREVOR PROJECT*, 2023). Essas evidências demonstram a centralidade das dinâmicas familiares na saúde mental da população LGBTQIAPN+.

A partir dos dados expostos anteriormente e entendida a magnitude das violências direcionadas à comunidade em questão, tem-se a importância de abordar essas problemáticas para além da esfera acadêmica, já que as ações de violação contra a comunidade LGBTQIAPN+ se manifestam nos mais distintos contextos, permeando inclusive o ambiente familiar, espaço este que assumirá destaque ao longo de todo o presente trabalho.

3. A COMUNIDADE LGBT: HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E IMPACTOS EMOCIONAIS PERCEBIDOS NA COMUNIDADE

Ao longo do trabalho foi exposto o quanto a sociedade contemporânea é moldada nos paradigmas da cisheteronormatividade. A mesma se estabelece enquanto uma força de controle, criando mecanismos de repressão e uma delas é a perpetuação da ideia do sexo biológico enquanto elemento basilar para a construção material e subjetiva dos sujeitos. Ainda que Foucault (1976) tenha exposto que a sexualidade foi historicamente moldada e controlada, ao afirmar que ela não possui uma essência imutável, sendo produto de práticas e discursos que servem para consolidar relações de poder, o sexo biológico segue sendo imposto como a única realidade possível para o sujeito. A partir disso, tudo o que foge do binarismo é visto como abominação, já que o binarismo é considerado enquanto a representação divina do ser humano, usando como grande âncora o fato de casais heterossexuais serem capazes de originar um novo ser (BARBOSA e SILVA, 2016). Logo, entende-se que no tocante à sexualidade, a reprodução assume um papel determinante para definir o que viria a ser normal e o que viria a ser desviante, e a homossexualidade por sua vez seria uma invenção que objetiva acabar com os bons costumes (BARBOSA e SILVA, 2016). Cabe destacar também que o caráter de divindade atribuído aos sujeitos possui influência religiosa na maneira de perceber as existências não normativas (BARBOSA; SILVA, 2016).

Ser LGBTQIAPN+ nesse contexto portanto é ser visto como atrocidade, maior até que muitos crimes hediondos, pois bate de frente com tudo aquilo que a sociedade prega (BARBOSA E SILVA, 2016). Nesse sentido, buscando-se garantir a suposta ordem social, Barbosa e Silva (2016) vão expor que surgirão formas de controlar a sexualidade, sendo uma delas o "armário". Aqui é preciso expor que este mecanismo irá assumir uma função ambígua. Os autores seguem afirmando que o armário assume tanto a função de invisibilização - utilizada pelo opressor -, quanto de proteção - utilizada pelo oprimido-, sendo uma forma de responder às perseguições, prisões e assujeitamentos impostos por uma moralidade social e religiosa que vê a diversidade sexual como uma ameaça, sendo uma tentativa de sobrevivência.

Diante deste cenário, entender-se uma pessoa LGBT acaba resultando na vivência de conflitos constantes, hora sendo as pressões externas e em outros momentos as internas. Com relação às pressões internas e na tentativa de construir uma identidade positiva para si em meio à tantas estratégias de aniquilamento, é importante compreender que para a pessoa LGBT viver autenticamente em um ambiente opressor ela terá que ter consigo elementos de resiliência e coragem, já que a diversidade sexual é frequentemente vista como algo incorreto e antinatural (BARBOSA; SILVA, 2016). Como manifestação desta resiliência há o surgimento do movimento Gay.

A sigla começou dando destaque aos homens gays, sendo GLS (Gays, lésbicas e simpatizantes). O movimento adquiriu notoriedade no contexto estadunidense, após frequentes ataques da polícia nova-iorquina ao bar Stonewall, um bar gay. No dia 28 de junho de 1969 houve uma maior mobilização como resposta ao que seria o maior desses ataques - dentre as pessoas presentes se destacava Marsha P. Johnson (ativista do movimento gay e trans de grande relevância histórica). A partir desta data, a luta pela garantia de direitos e contra a discriminação tomou mais força, espaço e o dia passou a ser reconhecido enquanto o dia do orgulho LGBTQIAPN+ (SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018). Com o passar do tempo, compreendeu-se a necessidade de reformular a sigla e abarcar demais sexualidades à mesma, então no final da década de 1980 foram adicionados as pessoas bissexuais e as pessoas trans, passando a ser GLBT, ainda com a representatividade dos homens gays em evidência. Por repensar esse protagonismo a sigla foi reformulada para LGBT, dando visibilidade às mulheres lésbicas, e toda alteração e inclusão da sigla foi feita seguindo essa forma (SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018).

No Brasil, o movimento LGBTQIAPN+ tomou forma e força por várias vias durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Um dos meios responsáveis pela disseminação do espaço e protagonismo das pessoas não cis-hetero-normativas foi a publicação de jornais voltados para a comunidade em si. Por volta de 1950 era comum que agrupamentos de pessoas LGBTQIAPN+, principalmente homens gays, fizessem fã clubes para performar paródias de músicas conhecidas, desfiles de fantasias e bailes (MEIRA e FERREIRA, 2022). Essa forma de socializar, além de criativa, realçava a diversidade de experiências que aqueles que frequentavam tais lugares, possuíam. Por conta dessas socializações que o Jornalista Agildo Guimarães decidiu datilografar um jornal voltado para a comunidade, até então majoritariamente de homens gays, no Rio de Janeiro. Esse marco ajudou a dar visibilidade a essas pessoas e suas demandas, popularizar suas gírias e dar voz para a parcela da sociedade que era deixada de lado (MEIRA; FERREIRA, 2022).

No período ditatorial do Brasil, por mais que a homossexualidade não fosse ilegal, era vista como “imoral” e frequentemente associada a “vadiagem”. Com isso, o poder em vigência concedia a si mesmo a autonomia para prender qualquer pessoa que praticasse alguma ação homoafetiva em público e reprimia e destruía as formas de manifestação que tivessem caráter homossexual (SILVA, 2004; GOMES, 2010).

Seja na realidade estadunidense ou na brasileira, observar as forças opressoras sob os corpos LGBTQIAPN+ e pensar no processo de construção de identidade dos sujeitos pertencentes a essa comunidade é assumir que, para além de fatores individuais, este processo encontrará barreiras sociais e culturais e desafios significativos à livre expressão. Este processo frequentemente ocorre em um cenário social hostil, marcado por preconceitos e discriminação (SANTOS, 2015; GOMES, 2018). Há a

experimentação da sensação de não pertencimento como consequência das normas hegemônicas constantemente excluem ou marginalizam identidades e expressões dissidentes (BERLANT e WARNER, 1998). Muitas pessoas enfrentam um caminho repleto de desafios emocionais, que podem manifestar-se como ansiedade, depressão, solidão entre outros. Esses sentimentos têm amplo reconhecimento e, em conjunto, figuram um conceito elaborado por Brooks (1981) denominado “estresse de minoria”. Essa definição se refere ao desgaste emocional que resulta da marginalização e do preconceito.

Neste contexto, um dos locais que tem grande relevância para aqueles que enfrentam sensações e vivências de exclusão, marginalização e discriminação, a família desempenha um papel crucial. Ela pode ser um refúgio seguro, onde a aceitação incondicional ajuda a construir uma autoestima saudável, ao mesmo passo que a rejeição familiar pode causar danos profundos (MINAYO, 2009; MORAES, 2017). O impacto da aceitação ou rejeição familiar na saúde mental de indivíduos LGBTQIAPN+ acaba sendo indiscutivelmente significativo.

4. FAMÍLIAS DE PESSOAS LGBTQIAPN+ E SUAS DINÂMICAS RELACIONAIS

A definição de família é moldada por diferentes contextos culturais, sociais e jurídicos, abrangendo tanto configurações tradicionais quanto novas formas contemporâneas. Historicamente, o conceito de família foi amplamente entendido através da família tradicional ou nuclear, composta por pai, mãe e filhos biológicos ou adotivos. Essa estrutura foi dominante ao longo do século XX, sendo reforçada por normativas cis-heteronormativas que colocavam o casal heterossexual como o núcleo central da família (GIDDENS, A., 2002). Contudo, essa visão se mostrou limitada, uma vez que não abrange a diversidade de arranjos familiares contemporâneos. Stacey (1996) argumenta que a expansão do conceito de família é o reflexo de transformações sociais, e que o conceito de família tradicional, que associava e ainda associa o homem ao papel de provedor e a mulher ao de cuidadora, não se aplica à diversidade de famílias existentes atualmente, sendo necessário o reconhecimento de famílias monoparentais, homoafetivas e de escolha.

No Brasil, por exemplo, o Código Civil já definia a família de forma mais abrangente, reconhecendo a diversidade de arranjos familiares, independentemente de vínculos biológicos (BRASIL, 2002). Ainda tendo o território nacional enquanto exemplo e dando um salto histórico, as famílias homoafetivas, formadas por casais do mesmo sexo e seus filhos, passaram a ser reconhecidas depois da decisão do STF que validou a união estável entre pessoas do mesmo sexo (STF, 2011). Essas famílias representam novas formas de intimidade e afeto, demonstrando como a estrutura familiar pode ser flexível e inclusiva (WEEKS, J; 2007).

Ampliando ainda mais o conceito de família, há a presença daquelas tidas como informais ou comunitárias, nas quais pessoas que compartilham laços afetivos, mas não necessariamente biológicos ou legais, vivem juntas. Essas famílias questionam os padrões normativos de organização familiar e mostram que laços afetivos podem ser igualmente significativos (SCHNEIDER, D. M, 1980).

Com isso, de maneira geral, a família vem sendo entendida como uma unidade social fundamental composta por indivíduos que mantêm laços de parentesco, sejam biológicos, afetivos ou legais, e que compartilham um espaço de convivência. Esse grupo desempenha funções essenciais, como a provisão de cuidados, a socialização dos seus membros e a proteção mútua (GIDDENS, A, 2002).

A família pode ser vista como o primeiro núcleo social no qual o sujeito é inserido, desempenhando assim um papel crucial na formação da sua identidade (JUNQUEIRA, 2009). Silva (2020) declara que ela atua enquanto um agente de socialização que molda os sujeitos para o mundo, e as interações que ocorrem entre os seus membros - pautadas na transmissão de conhecimentos, comportamentos e valores - normalmente são influenciadas por normas sociais e culturais. Estes princípios, por sua vez, moldam expectativas sobre gênero, sexualidade e parentalidade. Porém acontece que, como ainda afirma Silva (2020), esse conjunto de valores e expectativas pautadas na realidade que os circunda muitas vezes são excludentes. Essa dinâmica é amplamente discutida por demais autores, como Foucault (1988) por exemplo, que abordam como as instituições sociais, incluindo a família, operam na produção de normas que regulam o comportamento e a identidade. A partir desta realidade, indivíduos LGBTQIAPN+ frequentemente enfrentam pressões para se conformar a essas normas, resultando em conflitos de identidade e em um processo de negação de suas realidades (FARIA; TELES, 2021). Com base nisso é possível entender a afirmação de Hordge-Freeman (2018), de que a família seria considerada não apenas enquanto um espaço onde haveria a circulação de afeto, mas também enquanto um local que abarcaria a existência de uma ambiguidade entre laços ternos e tensos, reproduzindo também as hierarquias sociais dominantes.

As pressões e violências exercidas pelas famílias daqueles que não aceitam suas sexualidades e gênero dissidentes são nomeadas enquanto homofobia familiar, que consiste na experiência na qual, em algum momento da vida, as pessoas serão inferiorizadas por suas famílias simplesmente e devido a sua sexualidade (SCHULMAN, 2009). A recusa às múltiplas identidades no meio familiar têm início nas fases iniciais da vida dos sujeitos, logo na infância ou adolescência e suas manifestações incluem insultos, humilhações, desvalorização, isolamento social e até controle rigoroso sobre suas ações e interações (OLIVEIRA, R.; SOUZA, M.; ALMEIDA, C. 2023). Outros estudos expõe que as violências também se estenderam para vigilância, perseguição, invasão de privacidade, proibições, ameaças, chantagens e até agressões (TOLEDO; FILHO, 2013). Uma forma de violência bastante comum também é a expulsão de casa e a violência financeira. Ambas as opressões significam perdas não apenas materiais, mas emocionais, representando o rompimento de laços essenciais. Dados mostram que mais de 20% dos jovens pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+ passam por esse tipo de situação, se deparando com uma independência precoce com poucos recursos, justamente quando mais precisam de apoio (ISER. 2024).

Toledo (2013) em sua pesquisa voltada justamente às manifestações e impactos da homofobia familiar consegue ilustrar tais violências a partir dos relatos dados por algumas pessoas que entrevistou, em onde alguns deles foram:

“Ele disse: ‘Você é o maior desgosto que eu tive na minha vida’” (Rafaela, 27 anos, referindo-se a seu pai; “A minha mãe pôs ele pra fora de casa, falou que preferia um filho no caixão que um [filho] gay [...] Se eu tivesse assumido primeiro, eu que tinha ouvido isso” (Carla, 42 anos) ; “Ela disse: ‘Não, você não é minha filha, você sempre gostou de meninos, você era feliz antigamente’” (Júlia, 19 anos, referindo-se a sua mãe) ; “Não, porque eu não aceito uma coisa dessas. Isso é coisa de monstro [...] Pouca vergonha, onde já se viu, o homem foi feito para mulher e a mulher para o homem” (Aimée, 23 anos, referindo-se a seu pai); “Meus pais investigavam minha vida, fuçavam em minhas coisas, meus cadernos, minha agenda, minhas gavetas, escutavam na linha do telefone o que eu conversava com qualquer pessoa” (Narrativa de Livia, 29 anos); “Você tá morando na minha casa e você vai ter que fazer o que eu quero” (Narrativa de Júlia, 19 anos) ; “Ela falou: ‘Se você ficar com ela, você esquece que você tem mãe, e eu te deserdo. Você não pega

nada do que eu tenho” (Narrativa de Helena, 46 anos) ; e ainda: “Ela dizia assim: ‘Enquanto você morar comigo, eu mando em você. Você só vai ter sua liberdade a partir do momento que você casar’” (Narrativa da Milla, 48 anos (TOLEDO, 2013. Pág 11).

O controle e isolamento social sofrido pelos jovens pertencentes a comunidade e que por vezes são proibidos de se associarem a amigos ou participar de eventos junto a pressão constante para se conformar às expectativas familiares, resulta, segundo Almeida, no agravamento de uma sentimento de solidão e numa dor silenciosa junto a sensação de não ser aceito por serem quem realmente são (ALMEIDA et al. 2023).

A falta de apoio familiar acaba propiciando o desenvolvimento de problemas de saúde mental, expresso nas taxas elevadas de ansiedade, depressão e ideação suicida entre jovens que enfrentam a rejeição dentro de casa (TROMBINI, 2021). Demais estudos mostram que pessoas LGBTQIAPN+ que vivem em ambientes hostis ou que enfrentam a falta de aceitação familiar têm até seis vezes mais chances de sofrer com transtornos psicológicos graves e, muitas vezes, com tentativas de suicídio (FERNANDES, 2021). Isso explica o porquê de, a depender do contexto familiar, as normas podem tanto reforçar preconceitos quanto influenciar positivamente o desenvolvimento psicológico quando há aceitação. Assim, a análise das dinâmicas familiares contemporâneas é essencial para compreender como as diferentes configurações familiares afetam o bem-estar emocional e psicológico, especialmente no tocante à inclusão, aceitação e apoio.

5. METODOLOGIA

A pesquisa adotou um viés qualitativo que tem um caráter descritivo, com o objetivo de investigar a influência do meio familiar na saúde mental da comunidade LGBTQIAPN+. A escolha do viés qualitativo para esta pesquisa é fundamental, pois ele permite uma compreensão aprofundada das experiências subjetivas e individuais das pessoas LGBTQIAPN+ no contexto familiar. A metodologia qualitativa é particularmente adequada para explorar questões de identidade, aceitação e rejeição, que são carregadas de significados sociais e emocionais complexos (MINAYO, 2012). Além disso, a abordagem qualitativa permite que ao pesquisador captar as nuances das interações familiares, que podem não ser visíveis ou mensuráveis em uma abordagem quantitativa, proporcionando uma visão mais rica e detalhada sobre como essas dinâmicas influenciam a saúde mental da população LGBTQIAPN+ (SILVA, 2020; GOMES, 2019). Através de entrevistas e relatos pessoais, é possível entender como o preconceito, a falta de apoio e a aceitação influenciam diretamente o bem-estar psicológico, oferecendo uma compreensão mais humana e contextualizada desses fenômenos (SOUZA, 2018; PEREIRA, 2021; MARTINS, 2019).

Por sua vez seu caráter descritivo se justifica no fato de que “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (SILVA & MENEZES, 2000). Ainda segundo Minayo (2010), a pesquisa descritiva tem como intenção analisar e interpretar os fenômenos com base nas percepções e experiências dos indivíduos, sem interferir diretamente nos acontecimentos. Essa abordagem, portanto, possibilita ao presente trabalho explorar como diferentes contextos familiares e suas dinâmicas podem repercutir na saúde mental, influenciando tanto para o bem-estar quanto para a vulnerabilidade psicológica de pessoas LGBTQIAPN+.

As fontes utilizadas foram artigos científicos, dissertações e teses publicadas nos últimos quinze anos

(2009 - 2024), nas áreas de saúde mental, psicologia e estudos de gênero. As plataformas de busca utilizadas para a coleta dos materiais foram o SciELO, BDTD, Google Acadêmico, PePSIC e o Portal CAPES, que reúnem um acervo amplo e atualizado de estudos relevantes para a temática. As conclusões foram elaboradas a partir da comparação entre diferentes autores e correntes teóricas, permitindo uma análise crítica e integrativa dos dados encontrados (SILVA; MENEZES, 2000).

6. SAÚDE MENTAL DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ A PARTIR DAS DINÂMICAS FAMILIARES

A saúde mental de indivíduos LGBTQIAPN+ já se torna fragilizada por um conjunto de pressões sociais que vão muito além dos desafios comuns enfrentados pela maioria. Esse cenário pode ser explicado pelo conceito de estresse de minoria, abordado por Brooks (1981) e mais tarde expandido por Meyer (2003), que descreve como o preconceito, a discriminação e a exclusão social acumulam impactos negativos na saúde psicológica. A literatura identifica três dimensões principais do estresse de minoria: eventos externos de discriminação (como violência ou rejeição), internalização de estigmas (quando a pessoa passa a acreditar nos preconceitos direcionados a ela) e a expectativa constante de rejeição ou violência, conhecida como vigilância antecipatória (DETOMINI e RASERA, 2016; HAMMES e TOLEDO, 2021). Tais impactos criam um ciclo de vulnerabilidades, agravando o isolamento e os riscos de transtornos psicológicos. Segundo Hammes e Toledo (2021), o estresse contínuo leva a uma exaustão emocional que afeta não apenas o bem-estar individual, mas também a capacidade de estabelecer vínculos ou buscar ajuda.

Como afirma Schulman (2010), o estresse vivenciado será mais ou menos agudo a depender dos sistemas de apoio consistentes e confiáveis que a pessoa consegue acessar (familiares, amigos e profissionais esclarecidos, informações positivas na mídia sobre a diversidade sexual, entre outros), que possibilitem intervenções ativas na discriminação sofrida. Também depende do quão comprometida é a família no reforço da homofobia. Como, no presente trabalho, estamos falando da manifestação da homofobia familiar, tomemos como base os dados expostos a seguir e foquemos nos impactos psicológicos que a mesma causa nas pessoas LGBTQIAPN+ e em seus desfechos de saúde mental. Para tal utilizamos enquanto base o capítulo *“Processos terapêuticos para população LGBTQIAP+ em terapia cognitivo comportamental”*. O escrito elaborado em território brasileiro, desenvolvido por Oliveira (et. al 2023), trata da exposição de dados obtidos a partir de atendimentos psicológicos realizados com o público em questão. Um dos pontos a ser destacado são os dados de história de vida compartilhados pelos participantes: estes majoritariamente provinham de famílias que tinham um funcionamento rígido, por vezes sendo exigentes, punitivistas, distantes ou frias; eram alvo de rejeição e/ou desamparo familiar; tinham o ciclo social limitado; a religião era um fator importante para a intolerância sexual; foram vítimas de diferentes tipos de violência, como a homofobia, abuso sexual, relacionamentos abusivos, violência verbal e psicológica (OLIVEIRA et. al 2023).

Toda a rejeição intrafamiliar enfrentada pelos jovens LGBTQIAPN+ em questão os levou a internalizar crenças negativas como “sou defeituoso” e “não mereço amor”, refletindo o impacto direto da violência simbólica legitimada por estruturas heteronormativas (OLIVEIRA et. al 2023). O artigo *“Homofobia familiar: Abrindo o armário ‘entre quatro paredes’”* aponta que essas dinâmicas familiares muitas vezes reproduzem a exclusão e o silenciamento como formas de controle, transformando o lar em um

ambiente hostil em vez de um espaço de acolhimento (TOLEDO ; FILHO 2013).

Como resultado direto disso, com frequência as emoções experienciadas variaram entre vergonha, culpa, ansiedade, tristeza, nojo (auto- ódio); “medo, insegurança, raiva, esgotamento, fracasso, insuficiência e frustração” (OLIVEIRA et. al 2023). O artigo “*Prefiro um filho morto do que um filho viado*” (HAMMES, 2014) é uma outra produção que expõe o quanto pessoas dissidentes experimentam com frequência emoções intensas em contextos de homofobia familiar, principalmente diante da revelação de suas sexualidades. Um dos entrevistados na pesquisa afirmou que sua mãe disparou que “Preferia que ele fosse drogado” (Relato de Daniel Alves, 21 anos). Tal frase demonstra a intensidade dos conflitos emocionais vividos e evidencia a frustração parental em relação às expectativas sociais e à não conformidade dos filhos.

Enquanto estratégia de sobrevivência e preservação diante do meio familiar e por vezes ainda tentando manter alguma forma de conexão, as pessoas LGBTQIAPN+ acabam adotando determinados comportamentos e um deles pode vir a ser a dissimulação da própria identidade (HAMMES, 2014). Para tal há o conceito compreendido enquanto “passabilidade”, que conforme descrito por Green (2006), refere-se ao esforço consciente ou inconsciente de indivíduos LGBT em se assemelhar a heterossexuais ou cisgêneros para serem aceitos e evitar a discriminação. E ele por sua vez está intimamente ligado ao ambiente familiar e social. Acontece que “performar” uma identidade heteronormativa ou de gênero também acaba gerando um grande custo emocional, podendo de acordo com Grossi (2003) acarretar em sentimentos já conhecidos, como vergonha, culpa e inadequação (GROSSI, 2003).

Já outras pessoas podem seguir buscando por aprovação familiar, adotando o perfeccionismo e a rigidez como formas de amenizar a própria existência contra normativa (OLIVEIRA et. al 2023). Acontece que muitos outros comportamentos acabam sendo adotados enquanto resposta às sucessivas violências vividas e ao desgaste emocional que elas geram. E retomando à pesquisa de Oliveira (et. al 2023) esses comportamentos se estendem para além da esfera familiar enquanto estratégias (funcionais ou disfuncionais) de enfrentamento à homofobia, tais como se envolver em relações onde a sensação de abandono prevaleça, adotar uma postura de passividade em interações sociais, relacionamentos amorosos de curta duração, muitas vezes marcados pela superficialidade e pela ausência de segurança emocional, evitação de contato afetivo em público - denunciando o quanto a homofobia familiar interfere diretamente na capacidade das pessoas se envolverem em relacionamentos saudáveis -, permanecer em estado de hipervigilância, isolamento emocional, raiva direcionada para si mesmo ao mesmo tempo em que essa raiva também poderia vir a ser reprimida e uma preocupação excessiva de agradar ao outro por medo de ser abandonado (OLIVEIRA, 2023).

A partir de todos os dados impostos, o desfecho da saúde mental da população LGBTQIAPN+ é evidente. Os pacientes presentes na pesquisa de Oliveira (2023) apresentaram baixa autoestima seguida por ansiedade agravada com o próprio estresse de minoria, “dificuldades para estabelecer vínculos e para tomar decisões, dúvidas em relação à própria identidade de gênero devido à pressão social, dúvidas quanto a sexualidade como demanda terapêutica”, acabavam com frequência se expondo a situações de risco (comportamento sexual de risco e uso de substâncias psicoativas) e por fim apresentaram ideação suicida (OLIVEIRA et. al 2023).

Relatórios recentes alertam para a gravidade dessa situação. A Revista Foco (2023) revela que jovens LGBTQIAPN+ enfrentam índices de ideação suicida até três vezes superiores aos de jovens heterossexuais,

refletindo os impactos de ambientes hostis. Por outro lado, a Revista Sustinere (2023) aponta a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas, que possam reduzir barreiras no acesso a cuidados de saúde mental e promover o acolhimento. Esses dados reforçam a importância de intervenções coordenadas entre setores e do fortalecimento de redes de apoio, fundamentais para enfrentar os desafios do estresse da minoria e garantir o direito à saúde mental dessa população. Políticas mais inclusivas e práticas de acolhimento podem transformar realidades, promovendo bem-estar e dignidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão suscitou alguns pontos importantes no tocante às vivências e à saúde mental da população LGBTQIAPN+: expôs o quanto grande parte das famílias brasileiras ainda têm como base o padrão normativo de sexualidades e gênero, ilustrou as violências que estes familiares reproduzem quando algum membro de sua família foge à norma e por fim expôs os inúmeros impactos à nível emocional e psicológico que todas as opressões e violências costumam causar. Apesar da família ser considerada por Rocha (2018) enquanto um direito fundamental, devido à sua relevância na formação do dos sujeitos, por ser responsável por oferecer suporte emocional e físico, auxiliar no desenvolvimento da personalidade, no preparo para a vida social e profissional e também por função orientadora da família, que deve equilibrar o apoio às escolhas pessoais e suas consequências, assegurando o livre-arbítrio do indivíduo (ROCHA, 2018), a comunidade dissidente é escancaradamente privada de tais vivências e do seus direitos basilares. Toda a escrita revela, portanto, a urgência em desenvolver e fortalecer redes de apoio e espaços de acolhimento específicos para essa comunidade.

Quando o acolhimento familiar de fato não é uma via muitas pessoas LGBTQIAPN+ rompem com seus vínculos familiares. E apesar da fragilização que a falta de aceitação e acolhimento gera às vítimas de homofobia familiar, elas não se põem passivas diante das adversidades. Diversas têm sido as estratégias de enfrentamento adotadas por elas. Uma delas inclui a formação de "famílias de escolha", grupos de apoio formados por amigos e aliados que oferecem o que falta em seus lares (WESTON, K., 1991). Esses laços podem se tornar uma fonte vital de resiliência e segurança emocional, criando um espaço onde a identidade pode ser expressa livremente e sem medo de rejeição (BUDGE, S. L. et al. 2016). Outra estratégia é o fortalecimento de apoio social, o engajamento em atividades de ativismo e a participação em grupos de suporte psicológico e comunitário (SANTOS, 2023). Essas estratégias não apenas mitigam os efeitos adversos da discriminação, mas também fortalecem a resistência e a visibilidade da comunidade LGBTQIAPN+, promovendo, assim, a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Outras formas de auxiliar no enfrentamento da homofobia familiar (formas essas que não se restringem a essa violência em si e não atuam sobre a mesma diretamente, mas que se estendem a todas as formas de violências direcionadas à sexualidades e gêneros) são aquelas que se dão por meio de políticas e também as iniciativas de educação. Em um avanço significativo no enfrentamento da homofobia e transfobia, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu estender a aplicação da Lei n. 7.716/1989, que originalmente trata de crimes de racismo, para incluir casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Esta decisão representa um marco importante na proteção dos direitos da população LGBTQIAPN+, prevendo penalidades que vão de um a três anos de reclusão e multa para os perpetradores de tais condutas discriminatórias (BRASIL, 2021). Já no tocante à educação, compreender a necessidade da ampliação de

conhecimentos acerca da diversidade, da promoção de práticas de acolhimento familiar e a criação de redes de apoio são fundamentais para enfrentar e mitigar os impactos negativos dessas dinâmicas disfuncionais.

Concluimos por fim que já contamos com uma vasta produção que descrevem as dinâmicas familiares que se dão a partir da descoberta da existência de membros pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ naquele meio, porém percebemos que ainda são escassos os estudos que se voltem aos impactos psicológicos e emocionais que acometem estes sujeitos. Constatamos a necessidade de ampliar o debate para além dos muros universitários, junto à sociedade civil e aos formuladores de políticas públicas, já que tal posicionamento é crucial para promover mudanças significativas e duradouras. A presente pesquisa não só reforça a importância da pesquisa acadêmica e o quanto ela influencia na formação de políticas sociais, mas também busca auxiliar no asseguramento de que as intervenções e os programas desenvolvidos sejam baseados em dados sólidos e em uma compreensão profunda das realidades vividas pelos indivíduos. Assim, romper com a estrutura universitária e fortalecer a conexão com a sociedade e os órgãos governamentais são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. et al. O controle e a solidão entre jovens LGBTQIAPN+: a dor silenciosa da não aceitação familiar. **Revista Brasileira de Estudos Familiares**, v. 28, p. 45-58, 2023.

ALMEIDA, Gabriel Mácola et al. **Formas de vulnerabilidade de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil**, 2023.

ALVES, Angelita Alves de; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciênc. Saúde Colet. (Impr.)**, v. 26, n. 9, p. 4059-4064, set. 2021.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines for Psychological Practice with Lesbian, Gay, and Bisexual Clients**. 2012.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People**. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A violência simbólica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. **Bertrand Brasil**, 1989.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e Crítica de um Preconceito**. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2010.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Dispõe sobre os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça ou cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 1989.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. **Cidadania LGBT**. Brasília, 2021.

- BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Decisão sobre a Lei n. 7.716/1989 e homofobia. Brasília, 2021.
- BROOKS, Winn Kelly. *Minority Stress and Lesbian Women*. Lexington, MA: **Lexington Books**, 1981.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: **Routledge**, 1990.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2003.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. **Routledge**, 2004.
- CARRARA, Sérgio. Políticas anti-discriminatórias e cidadania sexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, 2015.
- DA SILVA, Deliane Gonçalves; DA SILVA, Luiza Kaline Alves. **Adoção homoafetiva no Brasil**, 2022.
- DE ALMEIDA, Gabriel Mácola et al. **Formas de vulnerabilidade de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil**, 2023.
- FERNANDES, Jaqueline. Setembro Amarelo: pessoas LGBTQIA+ têm 6 vezes mais chance de suicídio. **Metrópole**, 2024.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. 1. ed. Rio de Janeiro: **Graal**, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOMES, Marcos. Preconceito e resistência: o impacto das normas sociais sobre a identidade LGBT no Brasil e nos EUA. Rio de Janeiro: **Editora Acadêmica**, 2018.
- GOMES, Maria. História da repressão às minorias no Brasil. Rio de Janeiro: **Editora Relume Dumará**, 2010.
- GOMES, Maria. Métodos de pesquisa em psicologia: uma análise crítica das abordagens qualitativas e quantitativas. Rio de Janeiro: **Editora Vozes**, 2019.
- GROSSI, Márcia. **A performance de identidade e os custos emocionais: a vivência do indivíduo LGBT em sociedade**. 2003.
- HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. **A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras**, 2018.
- HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. The family and its ambiguities: affections, tensions, and social hierarchies. **American Journal of Sociology**, v. 124, n. 3, p. 543-582, 2018.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2009). “Heteronormatividade e preconceito: educação para a diversidade sexual em questão”. In: **Cadernos Pagu**, 32, 13-39.
- LAZARINI, Júlia; TRINDADE, Guilherme. Lares homoafetivos saltaram de 59 mil para 391 mil em 12

anos, mostra Censo. **G1 Economia**, 25 out. 2024.

LIONÇO, Tatiana. “Ideologia de gênero” como elemento da retórica conspiratória do “globalismo”, 2021.

LIONÇO, Tatiana. Transfobia e os impactos na saúde mental de pessoas trans. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Guacira (orgs.). *Desafiando fronteiras: gênero e sexualidade em perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro: **Abya-Yala**, 2009. p. 211-228.

LOPES, Josiane Mota; LÔBO, Fernanda Rosa. **DESAFIANDO A HETERONORMATIVIDADE: IMPACTOS E RESISTÊNCIA NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS FEMININAS**, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2001.

MABASSO, Raul Abilio. *Entre a biparental e a homoafetividade*, 2024.

MARTINS, Carla. *Entrevistas e relatos na pesquisa em saúde mental*. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. **Hucitec**, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa qualitativa: Teoria, método e criatividade**, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Saúde mental, família e sociedade: aspectos psicossociais e culturais*. Rio de Janeiro: **Editora Fiocruz**, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: **Hucitec**, 2012.

MORAES, Andréa Silva de. *Impactos da rejeição familiar sobre a saúde mental da população LGBTQIAPN+: um estudo de casos*. São Paulo: **Editora Acadêmica**, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório sobre saúde e direitos humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero*. Genebra: OMS, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Improving LGBTIQ+ health and well-being with consideration for SOGIESC*. 2023.

OCHS, Robyn. *Entendendo a bissexualidade: vozes de pessoas bissexuais ao redor do mundo*. Boston: **Bisexual Resource Center**, 1996.

PEREIRA, Lucas. *O papel da aceitação e do apoio na saúde psicológica de jovens LGBTQIA+: uma análise qualitativa*. Rio de Janeiro: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2021.

PINHEIRO, Andrea Goldani; MARINS, Cleyton Brust (Orgs.). *Produções CórteX: teoria e prática clínica na psicologia cognitiva*. 1. ed. Nova Friburgo: **In Media Res Editora**, 2023.

RANGEL, Aline. (Org.). **Os desafios e a importância da família na comunidade LGBTQIAPN+**, 2023.

ROCHA, Sheila Marta Carregosa. A família como um direito humano atravessando tempos e histórias. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2019.

SCHULMAN, Sarah. Familial homophobia: an experience in search of recognition. In: *Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences*. New York: **The New Press**, 2009. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. **Revista Bagoas**, n. 05, p. 67-78, 2010.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Revista Bagoas**, v. 5, p. 67-78, 2010.

SANTOS, André. *Corpos e identidades: desafios à construção da subjetividade nas comunidades LGBT*. São Paulo: **Editora Cultura**, 2015.

SILVA, João. *A influência da família na saúde mental da população LGBTQIA+: uma abordagem qualitativa*. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2020.

SILVA, José. *O impacto da repressão política e social no Brasil durante a ditadura militar*. São Paulo: **Editora Brasil**, 2004.

SILVA, Karine Nascimento. **CONJUGALIDADE HOMOAFETIVA: ENTRE O RECÔNBITO E O INTERDITO DAS DINÂMICAS SOCIAIS**, 2015.

SOUZA, Ana. **A experiência do preconceito e seu impacto na saúde mental da população LGBTQIAPN+**. São Paulo, 2018.